

O grande desafio da 50ª Legislatura do Congresso Nacional, que hoje se instala, é restaurar perante a opinião pública o conceito do Poder Legislativo, tão corroído pela autocomplacência dos parlamentares, pela omissão de muitos deles, pela indolência que tornou praxe a semana de três dias de trabalho e pelo desleixo para com a causa pública.

A bem da legislatura precedente, lembre-se que foi ela a responsável pela condução do processo que acarretou o "impeachment" do ex-presidente Collor e pela realização da CPI do Orçamento, que, infelizmente, em casos muito significativos, não foi levada às últimas conseqüências. O último Congresso, porém, perdeu-se, deixando que sua imagem se deteriorasse junto ao eleitorado pela sua indiferença diante das questões nacionais, recusando-se a proceder à revisão constitucional pelo recurso da falta de quórum, transformando retirada em obstrução, pela autoconcessão de benefícios absurdos, como os quinze salários que os parlamentares se adjudicaram, e por decisões de cunho nitidamente demagógico.

Se a legislatura que terminou teve belos

## Congresso para dar duro

momentos, nada é mais melancólico do que o seu final, quando se procurou transformar o plenário das duas Casas em um centro de barganhas, não faltando ameaças mal disfarçadas de chantagem política.

Já se nota, entre os novos congressistas, uma disposição saudável de reagir, tendo muitos deles reclamado do excesso de medidas provisórias (MP) submetidas pelo Executivo ao Congresso. Tecnicamente, podem ter razão, uma vez que, segundo a Constituição em vigor, as MP são previstas apenas em caso de relevância e urgência. Mas os novos e antigos deputados e senadores não ignoram que os governos têm tanto se valido de MP em face da simples falta de vontade demonstrada pelos legisladores em examinar projetos de lei. Há atualmente 352 deles em tramitação, apenas entre os 509 apresentados no ano passado. E não faltam exemplos de projetos, como o que dispõe sobre patentes, que há anos

trafegam entre as duas Casas sem ser objeto de resolução final. Mesmo em se tratando de MP, 65 delas ainda estão pendentes de deliberação pelo Congresso, entre as quais a que criou o real.

Para os deputados e senadores que se resentem de tantas MP, só há um meio de comprovar a pureza de suas intenções: trabalhando, comparecendo às sessões, dando duro nas comissões, ou seja, cumprindo os mandatos que lhes foram conferidos. Somente dessa maneira é que o Congresso pode recuperar a credibilidade. Se se perder novamente na miuçalha política, o seu prestígio será ainda mais abalado, o que desservirá os interesses do Brasil como nação democrática.

Trabalho é que não falará a esse Congresso. O governo está hoje profundamente empenhado na concretização das reformas estruturais para colocar o País definitivamente no rumo do desenvolvimento sustentado. Isso re-

quer que capítulos inteiros da Carta em vigor passem por uma profunda cirurgia. Muitos dispositivos constitucionais terão de ser modificados, muitos simplesmente eliminados, deixando que a matéria seja objeto de lei ordinária, e outros ainda simplificados para permitir a desregulamentação que se deseja.

Em um esforço quase didático, o governo vem promovendo seminários com as bancadas que o apóiam, abrindo a discussão a partir da definição dos objetivos a alcançar. O presidente Fernando Henrique Cardoso dispõe de maioria na Câmara e no Senado, mas não presume, nem poderia presumir, que isso garanta a aprovação automática de suas propostas. Através dos seminários o governo procura discutir para convencer ou ser convencido.

Está aí a grande oportunidade para que o Congresso Nacional possa redimir-se, eliminando os vícios que o contaminaram nos anos passados e o tornaram alvo de críticas tão acerbas por parte dos meios de comunicação, sempre em postura de vigilância. Que os congressistas trabalhem tanto quanto os cidadãos comuns e não os decepcionem.